

De uma sociedade policiada a um Estado policial: o circuito de informações das polícias nos
anos 30

Elizabeth Cancelli

A virada do século XIX para o XX havia chegado com o surgimento de uma nova complexidade social, tão diferenciada que fizera possível até a Revolução de 1917 na Rússia. A organização das classes trabalhadoras em sindicatos e associações ensejava aos países de regime liberal, e depois aos autoritários, a certeza de que a desordem das ruas e dos operários poderia provocar aborrecimentos e perigos incontrolláveis. 1917 seria a prova concreta das preocupações que as elites levantavam desde o século XIX. Não que Moscou, posteriormente, não viesse a provocar uma espécie de reação em cadeia com sua política de espalhar o sonho de uma sociedade mais livre e mais justa, acompanhada da política de subvencionar um grande número de militantes e agentes internacionais prontos a tentar a derrubada completa do capitalismo.

Internacionalizara-se o capital e internacionalizara-se o trabalho. Algumas políticas deveriam acompanhar esta mudança. A História, definitivamente, passara a ser internacional. Nenhuma nação integrada ao desenvolvimento moderno do capitalismo -- e eram muitas -- sonhava agora em isolar-se, seja via protecionismo dos mercados comerciais, seja no manejar de seus problemas sociais e políticos. A Iª Guerra Mundial e a fundação da Terceira Internacional em Moscou, nos anos 1918 e 1919, eram a prova incontestável dessa realidade.

As práticas de controle e repressão gradativamente integraram-se a este mundo universal. O Estado moderno tomara para si o monopólio da violência. O trabalho das polícias urbanas de inteligência necessitava agora ser internacionalizado. A atividade policial tornara-se mais complexa do que promover a moralização e a educação das massas com a finalidade de manter a estabilidade social burguesa, aos moldes do século XIX¹. As fronteiras internas dos países não podiam mais dar conta nem da internacionalização do trabalho, nem da internacionalização do capital. Tratava-se de política, ou de políticas, integrada.

Sabe-se, entretanto, que desde o século XVIII já era comum a assinatura de acordos bilaterais para a extradição de criminosos². A França, depois a Áustria e os Estados germânicos celebraram inúmeros tratados que garantiam a um outro Estado o exercício de seu direito punitivo, e foi no final do século XIX e início do século XX que este tipo de acordo proliferou. Até o século XVIII, porém, a extradição só existia e era praticada para crimes de deserção, políticos ou religiosos. Depois, foi admitida para alguns crimes comuns e muito recentemente (1946) formalmente excluída para crimes políticos³. Pouco a pouco o jogo político-repressivo deparou-se com a prática e a necessidade de abandonar as fronteiras dos estados nacionais para o exercício de sua eficácia.

A nova sistemática de relações internacionais das instituições de controle e repressão baseava-se não mais apenas em acordos bilaterais de expulsão, e sim na troca de informações, na assinatura de tratados e na organização e reorganização policial, troca de informações isoladas entre as polícias sobre crimes, criminosos e organizações políticas.

É bem verdade que havia anteriormente acordos internacionais que tentavam refrear alguns problemas de ordem social de maneira pontual e isolada. As tentativas de combate ao tráfico de mulheres e crianças que vinham sendo sistematizadas, desde 1902⁴, eram uma evidência deste tipo de iniciativa. Trabalho, aliás, que, embora centrasse o problema de certa forma no espetáculo da miséria urbana, politizava-se radicalmente na medida em que tentava associar o tráfico à presença de judeus- comunistas.

Assim, nos anos 1920, pela primeira vez, foi que as polícias de vários países, além da preocupação em manter os tratados de extradição e o controle ao tráfico de mulheres e crianças, iniciaram uma certa organização internacional. Esta era mais ampla em sua concepção e atuação do que os acordos internacionais de extradição e combate ao tráfico, e atingia tanto o controle ao crime comum quanto as atividades de cunho político.

Um primeiro encontro preparatório para a concatenização dos trabalhos policiais de diversos países foi realizado em 1920. Vários chefes de polícia encontraram-se em Nova York para tentar sistematizar o que já vinha ocorrendo na prática: a cooperação policial internacional.

Finalmente, em maio de 1923, Guidanski, Dinamarca, Finlândia, Lituânia, Suíça, Bélgica, Bulgária, Grécia, Holanda, Áustria, Portugal, Suécia, Hungria, Jugoslávia, Tchecoslováquia, Romênia, Espanha, Polônia, França, Alemanha, e posteriormente Itália e Inglaterra, constituíram a Comissão Internacional de Polícia Criminal.

A sede da organização era Viena. E o trabalho tinha em mente o combate à delinquência internacional. Os países-membros queriam (1) combater a falsificação de moedas e valores; (2) possibilitar a transmissão de imagens à distância (fultographe e telefunken -- karolus); (3) promover a prisão provisória para extradição, com extradição tratada de Estado a Estado; e (4) viabilizar os mandatos de captura e ordem de prisão para estrangeiros suspeitos, incluindo aí os que se opõem à segurança pública internacional, para que as autoridades os prendam e informem aos países de origem sobre o criminoso preso⁵.

A preocupação política das nações era evidente. A organização das polícias não visava apenas o crime comum, mas tudo aquilo que era entendido como crime contra o Estado, as instituições e a política. De forma abrangente e não pontual, essa organização internacional das polícias assegurava a implementação de um serviço mais rápido e eficiente na busca de suspeitos e delinquentes. E, segundo a polícia Italiana⁶, possibilitava a inserção no serviço de fotografia criminal internacional e a centralização de informações e de material biográfico referente aos delinquentes, políticos ou não.

Com a ampliação e maior controle e sistematização das informações policiais, o poder de ação dos aparatos policiais individuais era, por esta forma, acrescido, dinamizado e internacionalizado. À margem da lei em Viena, à margem da lei em Londres, Roma ou no Rio de Janeiro. O sucesso da empreitada era enorme. Em 1934, já eram 34 os países-membros da Comissão Internacional de Polícia Internacional⁷, e até 1938, quando estourou a Guerra na Europa e a sede da Comissão transfere-se para Berlim, há assembleias gerais das polícias quase que anualmente⁸, sem mencionar o fato de que se inaugura, em 1927, a rede radiográfica autônoma da Comissão, com banda de frequência para uso dos serviços internacionais da polícia, gentilmente concedida pela Conferência Mundial de Radioeletricidade de Washington.

Todo o esforço dos órgãos repressivos era, desta forma, potencializado em sua eficácia. Aos países que comungavam, em termos de controle social e urbano, das mesmas preocupações, era fundamental a inserção na comunidade internacional de polícia repressiva.

Por isso mesmo é que pertencer à contemporaneidade deste mundo do século XX não significava realmente, para o Brasil, participar dos debates intelectuais que se travavam na Europa, ou seguir a moda parisiense. Esta era apenas a aparência superficial e, portanto, mais visível da nova realidade urbana brasileira. O cotidiano social e o mundo público faziam, isto sim, com que pertencer à contemporaneidade significasse ter em comum problemas sociais e percepções similares no que diz respeito à concepção da realidade, sociedade, cidadania, controle social e até desenvolvimento econômico. Isto é, ser contemporâneo no mundo ocidentalizado era partilhar do sistema de símbolos e jogos que faziam parte constituinte deste mundo.

Sob este prisma, os grandes centros urbanos brasileiros viviam a sua contemporaneidade. Se é verdade que em alguns lugares do interior do país não havia, por exemplo, notícia sobre o final do Império, também é verdade que nas cidades a industrialização trouxera o mundo dos operários, dos imigrantes, das fábricas, das importações e exportações, dos navios, das estradas de ferro, das greves, do controle social e, por isso, da repressão.

O Brasil, além de ter recebido a Missão Francesa, em 1906, para instruir a Força Pública do Estado de São Paulo⁹, era signatário do convênio internacional das polícias sul-americanas de 1905 e 1920, que reunia Argentina, Bolívia, Brasil, Peru e Paraguai. Ambos os convênios pretendiam a troca de informações sobre anarquistas e semelhantes¹⁰. Era esta uma das principais preocupações políticas relativas à ordem e que envolvia as polícias; particularmente as do Brasil, Argentina e Uruguai, em virtude da presença maciça de imigrantes e do trânsito, no Cone sul, das lideranças sindicais, que tanto receio e medidas de repressão inspiravam à ordem constituída.

Intensificava-se assim o intercâmbio internacional. Nos mesmos anos 20 em que os Estados tentavam a organização de forma mais e mais abrangente no interior de cada um de seus países, havia um crescente interesse em estabelecer relações internacionais entre os aparatos repressivos. O interesse era sistematizar, definitivamente, o controle das polícias e as esferas de

influências das nações. Este caminho vinha sendo tratado de longo tempo. Sob a esfera judicial, para se ter uma idéia, já em 1909, o próprio Brasil possuía tratados de extradição com a Alemanha, Austria-Hungria, Bélgica, Bolívia, Chile, Equador, França, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Espanha, Itália, Países Baixos, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela¹¹.

Estas relações internacionais incluíam também o treinamento policial. A França participou desta dinâmica através do envio da Missão Militar francesa ao Brasil, ao Uruguai, e ao Peru¹². A Alemanha reorganizou a polícia argentina, a chilena e a boliviana. E, em 1927, a Itália enviou uma missão militar para treinar a polícia equatoriana. Além da influência ideológica, o envio das missões significava a comercialização de material bélico¹³, e quase que uma garantia permanente desta interação policial.

É bastante claro que a preocupação das primeiras décadas do século XX em internacionalizar as polícias não partia exclusivamente dos países europeus. Tratava-se, como já foi dito, de uma inquietação internacional. Tanto quanto a França, o Brasil, a Argentina, os Estados Unidos e outros países da América Latina, por exemplo, estavam apreensivos com a questão e faziam parte ativamente desse novo código repressivo.

Em 1898, Cuba havia recebido treinamento, equipamento e direção dos marines americanos, com a ajuda de policiais aposentados da polícia novaiorquina, para a organização da força policial de Havana. A partir da segunda década do século XX, o Departamento de Guerra dos Estados Unidos desenvolveu um trabalho mais sistemático para a internacionalização policial e acabou por estabelecer as polícias do Haiti (1915), República Dominicana (1916), Panamá (1918) e Nicarágua (1927)¹⁴.

Era um esforço que o mundo ocidental iniciava para a organização de relações internacionais que permitiriam, daqui para frente, um forte tipo de controle e repressão.

A força política dos anarquistas abalou o mundo nas primeiras décadas do século XX. Por isso, a repressão foi grande e sistemática. A criação da Colônia Penal de Clevelândia, as perseguições policiais e expulsões no Brasil; as greves de 1907 em Iquique, no Chile; a prisão de Sacco e Vanzetti nos Estados Unidos, em 1920, são exemplos que denotavam a preocupação dos vários Estados em neutralizar a ação das esquerdas, e dos anarquistas em particular, através da ação policial e de seu serviço de informações.

Os anos 20, entretanto, começaram a trazer à tona o pânico em relação àqueles que se tornaram os vencedores na Revolução de Outubro de 1917. Uma realidade mais contundente desenhava-se. Na existência do Estado soviético concretizou-se o perigo das esquerdas, que negavam as premissas básicas do modelo capitalista. Além da proposta de uma revolução mundial, a realidade delineava-se agora na agressividade e na incompatibilidade existencial das propostas políticas dos comunistas, liberais e dos totalitários.

Ao mesmo tempo em que a ideologia comunista se expandia e influenciava as organizações políticas e de trabalhadores¹⁵ e os liberais tornavam-se mais intransigentes com as propostas políticas de esquerda, Mussolini assumia o poder em 1922 na Itália; o marechal Józef Piłsudski, em 1926 na Polônia; Mustafá Kemal Atatürk, em 1923 na Turquia; e Augustinas Voldemaras, em 1926, na Lituânia. Getúlio dava seu golpe no Brasil, em 1930, Hitler ascendia na Alemanha em 1933, Salazar em Portugal, Franco na Espanha, a Klu Klux Klan explodia nos Estados Unidos, etc., etc..

No caso do Brasil, embora o país não fosse carente de forças repressivas, uma vez que convivia com o liberalismo autoritário e excludente da Velha República, os anos 30 é que trouxeram o reavivamento de sua contemporaneidade em totum: o surgimento de uma proposta política conservadora e totalitária que indicava a inserção absoluta da sociedade brasileira nas batalhas político-ideológicas que se travavam pelo mundo. Tratava-se do advento de um novo projeto político. Totalitário em seu conteúdo e em sua ação. Estes, que seriam os 15 anos da Era Vargas, não tiveram apenas importância política interna. Aos olhos do mundo, o país era estrategicamente muito importante para a época¹⁶ e incorporava-se perfeitamente à dinâmica

social e política das nações ocidentais e de seu combate ao comunismo, à organização e ao cotidiano dos trabalhadores.

Além do rechassamento de toda a ideologia liberal, considerada obsoleta, individualista e geradora de desigualdades, o governo brasileiro gerenciou socialmente a insuflação do ódio e da perseguição aos comunistas. Este foi um dos fatores fundamentais a permitir a disciplinarização da sociedade brasileira que deveria, segundo o novo modelo político, obedecer aos ditames de um Estado moderno e totalitário. Por isso, a prática de "implantação da violência aberta como instrumento de política" não foi apenas especializada e intensificada nos anos 30¹⁷, mas recebeu novo sentido, dinâmica e papel político-social. Saia-se de uma sociedade policiada, até os anos 1930, para um Estado policial.

Um dos primeiros passos do novo governo foi a completa reestruturação interna da polícia, já nos primeiros dias da tomada do poder¹⁸. E, sob o ponto de vista de toda a reorganização policial, também os acordos internacionais tornaram-se fundamentais para a implementação da nova dinâmica e de seu Estado policial. Era importante haver troca de informações, assinatura de tratados, organização e reorganização das estruturas policiais.

As frentes escolhidas pelo regime para a implementação de relações internacionais com finalidades repressivas eram várias e, ao contrário do que a historiografia tende a ressaltar, não estabelecia qualquer preferência sob o ponto de vista ideológico, já que o mundo ocidental voltava-se em conjunto para o combate à chamada subversão comunista, que era, na realidade, uma perseguição a todas as esquerdas. Podia ser tanto a polícia alemã, italiana, americana ou inglesa a escolhida em determinado momento para ser contatada. A diversificação dava à polícia do Distrito Federal (DF)¹⁹ condições de fazer um trabalho baseado na organização mais sistemática de dados e integrar os agentes policiais à comunidade repressiva mundial, de modo a permitir a triangulação de informações sobre comunistas e demais ideologias de esquerda no circuito de informações dos órgãos de segurança internacional.

Em março de 1931, impregnado da disposição que desse à polícia um saber técnico e específico que a habilitasse ao combate aos inimigos do regime, aliada à necessidade de convencer a nação de que de fato existia uma conspiração mundial promovida por comunistas, o governo federal contratou dois técnicos da polícia novaiorquina para organizar seus serviços de combate ao comunismo.

As relações com os Estados Unidos passaram a ser constantes, até mesmo porque, em 1930, os americanos iniciaram um período deliberado de repressão contra comunistas, anarquistas e demais "politicamente indesejáveis". Segundo a American Civil Liberties Union, nos três primeiros meses daquele ano, "houve um total de 930 prisões envolvendo casos de liberdade de expressão, excedendo o total de qualquer ano inteiro de 1921 a 1929... [E] o número de reuniões reprimidas pela polícia excedeu o total para qualquer ano do período 1921 -1929"²⁰.

Essas relações com os Estados Unidos eram tão próximas e de interesse da polícia do DF, comandada por Filinto Muller, que no caso da prisão de Harry Berger e Eliza Ewert (Elisa Sabo ou Machla Lenczycki) houve total cooperação dos dois países. Washington pretendia investigar profundamente o Partido Comunista e seus simpatizantes em Nova York, a partir da teia montada por Berger e Machla para conseguirem passaportes americanos fraudulentos²¹. O Brasil, por sua vez, pretendia continuar a receber informações internacionais²².

No ano de 1936, o governo brasileiro emprestou secretamente ao Departamento de Estado americano, para que fossem tiradas cópias, as fichas sobre atividades subversivas no Brasil e em outros países, documentos escritos em português e alemão²³. Além disso, dois altos funcionários da polícia do DF foram aos Estados Unidos contatar a polícia americana.

O capitão Affonso Henrique Miranda Correa havia sido convidado pessoalmente pelo presidente dos Estados Unidos, F. Roosevelt, para manter contato com as polícias de Nova York e Washington. Ele seguiu para os Estados Unidos nos primeiros meses de 1937²⁴. O capitão Francisco Julian, subordinado de Correa, mas responsável pela prisão de Luis Carlos Prestes e Olga Benário, recebeu um convite para visitar os departamentos de polícia de Chicago e

Washington, e a Academia do FBI.

Sob o ponto de vista da troca de recursos humanos, a presidência de Roosevelt conseguiu aprovar uma Emenda, em 1938, que providenciava o empréstimo de técnicos aos países do hemisfério americano. Desta forma, estabeleceu-se o Advisory Council on Technical Cooperation (ICSCC ou SCC), que possibilitou o envio do agente do FBI, Edgar K. Thompson, ao Brasil, em janeiro de 1939²⁵. Apesar do esforço americano, esta vinda consistia, antes de mais nada, em uma manobra do ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, para tentar controlar o serviço secreto brasileiro, retirando-o das mãos de Filinto Muller. Thompson acabou não colaborando com a polícia brasileira, por determinação de Muller, durante os cinco meses em que esteve no país, e foi enviado pelos Estados Unidos, à Colômbia e ao Equador²⁶. De qualquer maneira, procurou estreitar os laços entre polícias e alertou Washington sobre o erro de tentar qualquer empreendimento sem o consentimento de Muller, já que o "governo brasileiro só funcionava com o apoio da polícia e das forças armadas"²⁷.

Internacionalmente, as relações policiais intensificaram-se de tal maneira na década de 30, que entre 1935 e 1937 os Estados Unidos, por exemplo, cooperaram com 13 nações diferentes da Europa e da América, com o Serviço Secreto Britânico, a Gestapo²⁸ e a polícia italiana em Roma²⁹.

O Brasil partira pelo mesmo caminho. Formalmente, além dos acordos assinados na década de 20, Felinto Muller estabeleceu uma série de outras iniciativas desde que assumira a chefia de polícia, em 1933, a ponto de ser comum a existência de policiais estrangeiros no Brasil e do governo Britânico afirmar, em 1935, "que a organização da Polícia Civil do Distrito Federal está atualmente adequada para uma cidade do tamanho do Rio de Janeiro, já que mudanças foram realizadas em 1934"³⁰.

Os próprios ingleses colaboravam de perto com a polícia brasileira, mas, de forma geral, de uma maneira muito reservada. Foram passadas informações acerca de atividades comunistas na América do Sul e do Norte, já quando uma "massa de documentos foi apreendida na sede do Partido Comunista britânico", na ocasião em que o governo inglês, em 1925, decidiu prender os

líderes comunistas ingleses e invadir sua sede, a Arcos House³¹ no outono de 1925. Em 1935, quando o Ministro da Justiça, cometendo uma gafe, sugeriu ao jornal "A Manhã" que havia sido o Serviço Secreto britânico quem dera informações sobre a tentativa de golpe dos comunistas, criou-se um mistério em torno do assunto. Londres escrevia ao embaixador inglês, R. Gurney, que não via qualquer objeção em parabenizar os brasileiros pelo controle do golpe comunista, mas dizia ao embaixador que o fizesse oralmente, já que "não pode ser inteiramente descartada a possibilidade que os revolucionários tentem novamente. Se eles vencerem o segundo round e tomarem o governo, poderá ser um pouco embaraçoso se acharem nossa mensagem nos arquivos (apesar deles saberem que alertamos o governo brasileiro, há alguns meses, que problemas estavam por vir)"³².

O embaixador italiano no Rio, Roberto Cantalupo, suspeitava que fora através de informações do Serviço Secreto de Londres que duas mulheres inglesas, a viscondessa C. Hasting e a senhora Cameron Campbell, foram presas no Rio portando documentos para comunistas brasileiros, "uma forma [dos ingleses] agirem e impor-se, mesmo que parcialmente"³³.

Já no ano de 1940, a presença inglesa ficou evidente, quando liberado, no Brasil, Franz Gruber, um suposto agente soviético, preso portando quarenta mil dólares, depois de ter vindo de Moscou. Na verdade, o alemão Gruber estava há dois anos trabalhando como espião entre os comunistas para o Serviço Secreto britânico, segundo as autoridades italianas³⁴. Uma afirmação contrastante com a certeza de líderes comunistas brasileiros que diziam que Gruber estaria a serviço da Gestapo, em colaboração com a polícia brasileira.

Havia também uma estreita aliança brasileira com os países do Cone Sul. Além dos convênios de 1905 e 1920, assinados entre Argentina, Brasil, Bolívia, Peru e Uruguai, em Riveira, no ano de 1942, Argentina, Bolívia, Brasil e Uruguai, assinaram um reforço de acordos procurando o intercâmbio informal para troca de informações³⁵. Este convênio seguia as diretrizes das resoluções e recomendações tomadas nas Reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores do Panamá, em 1939, de Havana, em 1940, e do Rio de Janeiro, em 1942,

que trataram da defesa política do continente.

Em 1939, os governos participantes no Panamá recomendaram sobre a coordenação de medidas policiais e judiciárias que aconselhavam a necessidade de organizar "a defesa da sociedade e das instituições de cada Estado, não somente contra o delito comum, senão no que concerne a certas atividades ilícitas que possam atingi-las"³⁶.

Em Havana ficou acertado que: no que dizia respeito à "Atividades dirigidas do exterior contra as instituições nacionais(...) para que a consulta seja mais eficaz, os Governos americanos declaram que é essencial o mais amplo intercâmbio de informações à respeito das aludidas atividades dentro de suas respectivas instituições, convindo ainda que qualquer governo que obtenha informações das quais se deduza que se estão executando ou que possam executar-se atividades de natureza assinalada, no território de uma das Repúblicas, comunicará imediatamente as informações obtidas, sob a mais estrita reserva, ao Ministério das Relações Exteriores da dita nação"³⁷. Como no Panamá, a Resolução previa a "proibição de atividades de partidos políticos e estrangeiros(...), encarecendo a necessidade de comunicação recíproca, em forma direta, ou mediante os órgãos da União Pan-americana, de informações e dados acerca da entrada, não admissão e expulsão de estrangeiros"³⁸.

Desta forma, operacionalizou-se na América uma tarefa que coube de praxe ao Ministério das Relações Exteriores: manter informada a polícia. Além de um serviço intenso de vigilância mantido sobre brasileiros em Buenos Aires, o Itamarati triangulava informações vindas tanto da América Latina, como Argentina e Bolívia, México, Estados Unidos ou de países europeus como Bélgica, Itália, Alemanha, França, etc³⁹.

Havia, como já foi dito, várias formas de cooperação internacional. À semelhança da Itália, França, Alemanha e Estados Unidos, o Brasil também tratou de estreitar suas relações e aumentar seu poder através do treinamento de outras polícias. Em 1941, Filinto Muller enviou policiais ao Paraguai "a fim de organizarem a polícia daquele país"⁴⁰. Um caso de colaboração estreita dos serviços policiais no Cone Sul foi a ida do capitão Affonso Henrique Correa de Miranda a Buenos Aires, em missão especial, no ano de 1937, para assinar um acordo com a

Argentina de prevenção a "atos de terrorismo internacional"⁴¹.

O BRASIL E OS TOTALITÓRIOS

O circuito das informações entre as diversas polícias transformou-se numa constante. As nações, individual e coletivamente, empenhavam-se em tornar as relações internacionais das polícias uma realidade. Apesar da cooperação recíproca, havia, evidentemente, grande rivalidade entre as nações, no sentido de aumentar sua esfera de influência e poder. Mas existia também, uma enorme tolerância em relação aos serviços policiais.

Em 1927 e 1928, a Polícia Política italiana já possuía uma coleção de observações acerca de imigrantes italianos no Brasil e seus descendentes, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Procuravam-se as ligações antifascistas. Deve-se notar que Roma possuía a cópia da correspondência enviada do Brasil à Itália, via Paris, o que indica uma interceptação dos correios na França ou no Brasil⁴².

A Embaixada Italiana fazia, nesta época, ela mesma a vigilância policial e remetia relatórios à Roma. As informações vinham de pequenas localidades, como Poços de Caldas, ou de grandes centros, como São Paulo. Em 22 de março de 1928, por exemplo, relatou o encontro de uma seção do Partido Republicano Italiano, realizada no dia 19 na casa de um certo Maurelli, na Rua Boa Vista, na capital paulista. O relato, além de denunciar a presença do prof. Picarollo, apresenta toda a estratégia do grupo em relação ao trabalho antifascista⁴³. São citados como antifascistas em São Paulo, Silvio Lodi, Cesare Bernacchia, Luigi Ottobrini, Angelo Cianciosi, Francisco Barone, Arturo Centini, Conte Frola, Frisciotti, Finocchiaro e Michele Gatti. Na época, o principal informante italiano era um repórter do jornal "O Estado de São Paulo", Meucci.

Posteriormente, entretanto, como as relações policiais Brasil-Itália começaram a ficar estreitas, a polícia brasileira fornecia informações e mantinha contatos para a repressão. Em janeiro de 1931, poucos meses após o golpe da Revolução de Outubro de 30, o governo italiano concordou em atender ao pedido do governador de São Paulo para obter informações detalhadas da organização da Milícia Voluntária Fascista⁴⁴.

O estreitamento das relações fez até com que o jornal "O Globo" estampasse⁴⁵ com grande destaque a denúncia de Maurício de Medeiros⁴⁶, de que haveria um cláusula secreta entre Brasil e Itália, onde o Brasil empenhava-se em expulsar sumariamente de seu próprio território, e a conselho da Itália, os italianos indicados pelo governo fascista⁴⁷. Na verdade, embora não haja qualquer evidência sobre a existência desta cláusula secreta, que visava a repressão política policial, o próprio tratado, firmado entre os dois países, em 28 de novembro de 1931, era visto como uma espécie de escândalo repressivo. As principais críticas recaiam sobre o Artigo IV, que previa a "extradição de seus próprios cidadãos"⁴⁸.

Passara a ser comum a troca de informações policiais sobre "elementos suspeitos". Em setembro de 1934, Roma pedia à polícia brasileira que ajudasse na identificação do anarquista Gallefi ou Caleffi que partira do Brasil para retornar à Itália via Paris⁴⁹. Mesmo a movimentação bancária de comunistas italianos, para citar um caso, como as de um tal Orazio Infante e Magdalena Mussoy Rondino, feitas em banco paulista, acabou sendo informada às autoridades italianas⁵⁰, numa mostra da quebra do sigilo bancário para fins repressivos.

As informações trocadas avolumavam-se. Em 1932, no dia 8 de fevereiro, em ofício reservado, a Direção Geral de Segurança Pública do governo Mussolini recebia da embaixada Italiana no Rio o informe de que a polícia do DF havia conseguido aprisionar em Livramento, no Rio Grande do Sul, um suposto delegado soviético na América Latina, Van Busten, que se passava por diretor da Companhia Armour⁵¹.

Havia muita boa vontade das autoridades italianas em relação às brasileiras. Afinal, ambas comungavam o mesmo ódio aos comunistas. Além disso, o combate era parte fundamental da estratégia de ação, poder e controle dos dois regimes⁵². Um ofício da Polícia

Política de Roma confirmava esta vocação para a Itália, dizendo ser decisão de Mussolini "jogar um papel importante na luta contra a propaganda comunista no mundo todo". Por isso, já havia sido iniciado em Roma um trabalho de organização neste sentido⁵³.

Nos anos 30, chegou a ser cogitado que o Brasil poderia reatar relações com a União Soviética, rompidas em 1920 com a extinção da Legação no Rio. Macedo Soares, ministro das Relações Exteriores na época⁵⁴, tratou de tranquilizar os italianos no sentido de que não haveria possibilidade alguma do Brasil manter relações diplomáticas ou comerciais com os soviéticos. Soares confidencialmente passou a cópia de cinco memorandos reservados do Ministério ao embaixador Roberto Cantalupo, onde eram "ilustradas amplamente as razões políticas, econômicas, comerciais" pelas quais o governo havia aconselhado a Vargas em sentido negativo⁵⁵.

Mas com a tentativa de golpe comunista, idealizada por Luiz Carlos Prestes e Harry Berger, os italianos ficaram de tal maneira perplexos com o perigo comunista, que em relatório do embaixador italiano ao seu ministro das Relações Exteriores⁵⁶ foi dito que "existia agora uma potência em perigo de bolchevização".

O combate ferrenho aos comunistas, por estes perigos, justificava-se. Assim, a triangulação de informações, ou seja, mesmo a cooperação entre países com projetos políticos diferentes, sempre funcionava. Diretamente do Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Gibbson, a Embaixada Italiana⁵⁷ dizia que Harry Berger teria dado "a lista de afiliados nos Estados Unidos, importante pelo número e sobretudo pela qualidade; muitos judeus. Deu indicações acerca dos principais núcleos e jornais, etc, do mesmo modo que descobriu uma rede da qual fazem parte personalidades `insuspeitáveis'. A Gibbson, o sr. Ewert (Berger) confirmou ter organizado o golpe de 27 de novembro, mas disse não ter recebido ordens de Montevideú, do Comintern ou de Moscou, via Filadélfia"⁵⁸.

Além do combate, a movimentação comunista generalizadamente, e no Brasil em particular, era acompanhada de forma muito próxima e com grande interesse na Itália. Nos arquivos italianos consta a avaliação que o secretário geral do Cominter, Georgi Dimitroff, fazia

no VII Congresso Internacional Comunista⁵⁹, o que indicava, pelo menos, a presença de um agente policial italiano infiltrado.

Como Roma, Dimitroff pensava que o comunismo estava ganhando terreno no Brasil. "O sistema sindical tem feito sem dúvida progressos nesses últimos anos e a inteligente propaganda que vem sendo feita secretamente pelo Partido Comunista Brasileiro "apoiada por altos oficiais do próprio governo dominante ganha sempre maior importância. Tais ações merecem toda a nossa simpatia e toda a nossa ajuda(...) É de lamentar que Prestes não tenha atingido a feliz ocasião de assumir o poder definitivamente e proclamar a república soviética no Brasil. Não devemos, entretanto, censurá-lo por isto. Ele já disse e está convencido que naquela época seria coisa passageira, porque os tempos no Brasil não estavam suficientemente maduros. "É preferível que o comunismo seja implantado no território brasileiro de forma permanente e com sólidas raízes, de maneira que o que está germinando graças ao trabalho inteligente e fecundo desenvolvido por nosso partido, ajudado por elementos da Terceira Internacional de Montevideú, que se prendem às instruções que daqui são enviadas por Prestes"⁶⁰.

As diretrizes estipuladas pelo Comintern no VII Congresso alarmavam ainda mais os italianos, porque havia uma nova tática de luta, onde o nacionalismo era utilizado como força aglutinadora. Os relatórios saídos da Embaixada do Rio para Roma alertavam que esta tática já havia dado "excelentes resultados na China, com Sun Yot Sen e, depois, com Chang-Kai-Chek(...) e tal plano já estava sendo usado na Aliança Nacional Libertadora"⁶¹, prova disto era a avaliação feita pelo agente soviético Van Mine no Congresso de Moscou.

No mesmo Congresso, Van Mine⁶², membro do Conselho Consultivo do Comintern e relator de assuntos referentes à América Latina, dizia "a todos os camaradas que se interessavam pelo desenvolvimento e expansão do comunismo na América meridional, que no Brasil existe uma ampla e bem organizada associação, denominada Aliança Nacional Libertadora(...). Tal organização foi criada sob a orientação secreta, mas direta, do Partido Comunista Brasileiro, segundo as instruções vindas da Legação Soviética de Montevideú(...)[embora] a grande campanha do fascismo brasileiro tenha perturbado a marcha da Aliança como organização

política, de modo que esta não pode participar da eleição. Creio que uma reforma secreta (grifo nosso) que faça figurar a Aliança como independente da União Libertadora, que já está em formação no Brasil, facilitará sua ação, devendo, aparentemente, haver um caráter mais socialista que comunista para melhor atrair elementos que mais tarde serão sufocados por nossos elementos vermelhos"⁶³.

Por certo tais avaliações faziam acirrar o desejo de combate e de cooperação entre países, mesmo que derrotado o putsh comunista de 35, porque demonstravam a presença efetiva de Moscou no Brasil. Em 1938, os italianos ficam satisfeitos. A polícia do DF acabava de organizar um serviço de propaganda anticomunista para ser divulgado em todos os estados, e pedia que o governo italiano mandasse ao gabinete do chefe de polícia, Filinto Muller, "qualquer espécie de material de propaganda que pudesse ser utilizado na organização eficiente desta política que visa objetivamente os comunistas"⁶⁴.

Poupavam-se poucos esforços. A colaboração envolvia serviços diferenciados. Clodoveu d'Oliveira, chefe da contabilidade do Ministério do Trabalho, foi "vigiado de modo reservadíssimo" pela polícia italiana em Veneza, Roma e Napolis, a pedido do governo brasileiro⁶⁵.

O governo brasileiro também pedia oficialmente, em agosto de 1937, que a Direção Geral de Assuntos Transoceânicos, em Roma, autorizasse as autoridades italianas a comunicarem "qualquer notícia que tivessem a respeito deste complô comunista"⁶⁶. Os italianos encaminharam o pedido à direção Geral da Polícia Secreta.

O próprio governo alemão suspeitava que o Brasil estaria interessado em fazer um acordo com a Itália de combate ao comunismo e outras ideologias de esquerda⁶⁷. As relações entre as polícias do Brasil e Itália estavam tão próximas, que o capitão Affonso Henrique Miranda Correa, o mesmo que fora enviado à Argentina e Estados Unidos, recebeu a Cruz de Cav. Uff. da Coroa Italiana, quando secretamente foi à Itália para contatos com a Direção Geral de Segurança Pública, com a finalidade de incrementar a luta anticomunista⁶⁸.

Como Chefe da Delegacia Especial de Segurança Política e Social, Affonso Henrique

vinha fazendo uma série de contatos secretos para a polícia de Muller. Em fevereiro de 1937, depois de ter visitado os Estados Unidos, ele partiu secretamente a mando pessoal de Getúlio Vargas, com destino a Paris, sob a alegação de que participaria do Congresso Mundial de Documentação Internacional. Seu destino real era a Alemanha, onde permaneceu um ano junto à Gestapo em Berlim⁶⁹, acabando por receber, secretamente de Himler, a Ordem de Primeira Classe da Cruz Vermelha⁷⁰.

É claro que os italianos faziam questão de condecorar personalidades brasileiras identificadas com o governo de Roma. Felinto Muller recebeu a Croce Corona d'Itália, em outubro de 1941, juntamente com Gustavo Capanema, ministro da Educação, Francisco Campos, ministro da Justiça e maior ideólogo do Estado Novo, e Frederico Barros Barreto, presidente do Tribunal de Segurança Nacional. Ernanni Reis, diretor geral do Ministério da Justiça, e Jurandir Lodi, diretor geral do Ministério da Educação, receberam a Comenda SS. Maurizio Lazzaro. U Godofredo da Silva Teles⁷¹, presidente do Departamento Administrativo do Estado de São Paulo, foi concedida a comenda Ordini Corona d'Itália⁷². As condecorações tendiam a estreitar laços de simpatia e cooperação.

A luta anticomunista era uma forte frente de batalha. Itália e Brasil participaram da Conferência Policial de Berlim, organizada pela Gestapo, em 1937. Clandestina, a reunião agregou ainda as polícias da Bélgica, Holanda, Polônia, Hungria, Iugoslávia, Grécia, Japão, Portugal, Guidanski, Bulgária, Filândia, Uruguai e Suíça.

A conferência deveria ser secreta, ou clandestina, como afirmavam os italianos, já que vários representantes policiais estavam na Alemanha clandestinamente. Durante cinco dias foram discutidas táticas e organização para a luta anticomunista, embora, como afirmara Himmler, muitos dos delegados presentes "já trabalhavam nos respectivos Estados para a polícia Alemã"⁷³. O objetivo maior da reunião era a formação de uma Central Anticomunista de polícia, com sede em Berlim e chefiada pela polícia Alemã. Houve, na época, muita troca de informações entre as polícias presentes sobre o movimento comunista⁷⁴.

O esforço brasileiro em integrar-se ao espírito internacional de repressão das polícias era

dinâmico e agressivo. Logo após novembro de 1935, iniciaram-se as negociações mais definitivas para que a Gestapo e a polícia brasileira pudessem ratificar um acordo que visava, eminentemente, o combate aos comunistas. Além da sugestão de Muller de que uma pessoa da Alemanha, que fosse bem informada, ficasse no Rio de Janeiro para estabelecer ligações permanentes com as polícias brasileira, uruguaia e argentina, a exemplo do que já acontecia com o agente alemão em Buenos Aires, uma cooperação mais estreita começou a ser acertada⁷⁵. Já havia, é claro, uma cooperação policial a partir da embaixada brasileira em Berlim⁷⁶ e a entrega de Olga Benário e Elisa Ewert ao serviço secreto alemão, logo depois de Getúlio ter assinado o decreto expulsando-as do país, selava o acordo com a Alemanha⁷⁷.

O pacto entre as polícias era extremamente simples, mas bastante objetivo e violento. Dele constavam: 1) a troca, entre as polícias alemã e brasileira, de conhecimento em geral contra o comunismo, anarquismo e outras ideologias contrárias ao Estado; 2) intercâmbio de material, informações e provas sobre comunismo e outras ideologias contrárias ao Estado. Vigilância mútua para esclarecimento de ações de comunistas, anarquistas, etc.; trabalho mútuo fora do Brasil e da Alemanha; 4) encaminhamento de idéias sobre a ação dos policiais para o combate e possível execução de comunistas, anarquistas, etc.⁷⁸.

Para a Alemanha, embora houvesse troca de informações diretamente com o FBI, era importante esta aproximação com os brasileiros. Estrategicamente localizado na América Latina, e com laços muito mais estreitos do que os alemães com a Inglaterra e os Estados Unidos, o Brasil, através da polícia do DF, podia proporcionar mais facilmente a inserção da Alemanha no circuito das atividades anti-comunistas de Washington e Londres⁷⁹ e fazer com que os demais países da América do Sul assinassem acordos similares ao Brasil-Alemanha. Por isso, quando Berger e Eliza Ewert foram presos, a polícia do DF entregou os papéis de Berger tanto para o FBI quanto para o encarregado alemão junto à polícia brasileira, Robert Lehr⁸⁰, além de ter prestado informações aos italianos e aos ingleses.

Esta rede internacional de troca de informações e de repressão tornou-se, nos anos 30, cada vez mais complexa e completa. Itália e Alemanha haviam firmado acordo secreto entre suas

polícias "contra o bolchevismo"⁸¹, em março de 1936⁸², embora todo o esforço de combate ao comunismo viesse já de muito antes⁸³. E a polícia italiana tinha conhecimento de que, pelo menos, a Gestapo havia acertado um acordo secreto com a polícia húngara "pela defesa contra a ação dos partidos comunistas, da massonaria e do sionismo". Os húngaros estavam propondo um acordo análogo com Roma, uma vez que a ação comunista intensificava-se na Europa Central, tendo os soviéticos transferido suas atividades de Montreaux, na Suíça, para Batislava.

Como era de praxe, previa-se a "troca de notícias de caráter geral e sobre fatos concretos, a defesa os atos de sabotagem, o eventual envio de funcionários e agentes para a cooperação no território do outro país"⁸⁴.

No circuito, os italianos chegaram a reorganizar a polícia boliviana, também no ano de 1936. Foram ainda contratados como instrutoras das polícias da Venezuela e do Peru e o Chile organizou a polícia colombiana nestes mesmos anos⁸⁵.

Apenas com a assinatura do Pacto Anticomintern entre o Japão e a Alemanha, em 1936, e posterior adesão de Itália e Espanha, é que o circuito das informações começou a ser alterado. É que o Pacto, como bem mostra a visão dos italianos, "não atingia apenas a Rússia, mas também os Estados Unidos, a França e a Inglaterra. A política do Eixo Roma-Berlim tornou mais grave a situação destes países democráticos de esquerda. A guerra de Espanha colocou em evidência a formação desses dois blocos, de direita e de esquerda. Inicia-se a estudar a possibilidade de uma próxima guerra mundial"⁸⁶

O Pacto Anticomintern, na realidade, selava a existência de blocos hegemônicos diferenciados. Não era apenas de combate ao comunismo. Paulatinamente, e com o avanço da guerra na Europa, os serviços policiais agregaram ao temor comunista na América Latina, o perigo da espionagem. Embora por algum tempo persistisse o contato para o combate aos "vermelhos", a cooperação tornara-se mais complexa, e não seria mais através da polícia, fundamentalmente, a realização dos serviços de controle.

As forças militares começariam agora a ser outro elo de ligação entre as nações. A repressão social e política sob a ótica da subversão não seria a tônica, mas sim o serviço de

contra-espionagem e busca de simpatizantes estrangeiros.

A IIIa Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada no Rio de Janeiro, em 1942, recomendava, por isso, que os "Governos americanos controlem a existência de associações dirigidas e mantidas por elementos de Estados extra-continentais, e mandem fechá-las, se ficar provado que são núcleos de propaganda totalitária". Recomendava-se ainda que fossem controlados os estrangeiros perigosos; o trânsito através das fronteiras nacionais; evitar atos de agressão política, tais como propaganda por parte de partidos políticos subversivos, punindo atos de sabotagem e espionagem, etc."⁸⁷.

A partir desta reunião no Rio de Janeiro, foi criado o Comitê Consultivo de Emergência para a Defesa Política, com sede em Montevideu, que desde abril de 1942 atuava "como centro de coordenação da defesa das Repúblicas Americanas contra a agressão política iniciada pelo Eixo no Hemisfério Ocidental"⁸⁸.

Sob este mesmo prisma, o presidente dos Estados Unidos estabeleceu, extra-legalmente, o SIS (Serviço Especial de Inteligência do FBI), em 24 de junho de 1940. Rapidamente, sob a cobertura de agentes comerciais de firmas americanas, foram estabelecidos serviços de informação e troca de informações pelos americanos na Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Cuba e México. O SIS chegou a cooperar com o DOPS no interrogatório de suspeitos de espionagem, "olhando para o lado" quando os agentes brasileiros utilizavam a tortura⁸⁹. Mas, fundamentalmente, passou a ter relatórios completíssimos sobre autoridades latinoamericanas, número de escolas, caminhões, automóveis, hospitais, capacidade de armazenamento alimentar, etc., e atividades de estrangeiros nos diversos países⁹⁰.

As relações internacionais rapidamente transformavam-se. E já em 1941, a Itália confirma o fato das autoridades brasileiras estarem abrindo sua correspondência diplomática⁹¹.

No Brasil, em 1942, os militares engajaram-se, juntamente com a polícia, rumo ao controle de informações. O esforço de guerra escolheu novos inimigos e havia necessidade de táticas diferenciadas para seu combate. Na verdade, sob o argumento da vigilância total, em virtude do conflito mundial, ficara mais fácil realizar o controle total sobre a população. Por

algum tempo as relações internacionais entre as polícias e o circuito dessas informações estava alterado, até que iniciasse a Guerra Fria.

Internamente, na institucionalização das medidas repressivas, via nova legislação sobre estrangeiros e nacionais⁹², em 1942, principalmente, os militares incorporavam-se definitivamente ao serviço repressivo. Da polícia eles obteriam agora, paulatinamente, o know-how de vigilância, controle, repressão e brutalidade. Seria o início da policização militar brasileira.

Externamente, os contatos internacionais e o circuito de informações mudaram e começaram a deslocar-se basicamente para os Estados Unidos, envolvendo além de tratados, treinamento e informações, armas, equipamentos e cooperação militar. Tudo resumido a um esforço de guerra internacional. A questão militar é que passara a ser fundamental.

Somente depois de terminado o conflito mundial, em 1945, é que teria continuidade a repressão integrada e a cooperação internacional das polícias. Novamente o mote seria o combate interno e externo ao comunismo, alimentado pela Guerra Fria. Desta vez, porém, aos esforços policiais seriam somados os dos exércitos e de seus serviços de inteligência e repressão.

NOTAS

1. Sobre a ordem urbana e da disciplina social no século XIX, vide o artigo de Storch, Robert D. . O policiamento na cidade vitoriana. São Paulo, Revista Brasileira de História, vol. 5 No 8/9, abril de 1985.

2. O primeiro tratado de extradição já foi assinado em 1174, entre o rei da Inglaterra e da França, e implementava a renúncia real ao direito de asilo. No seu sentido moderno, em 4 de março de 1376, Carlos V da França e Amedeo, conde de Sabóia, garantiram a reciprocidade do direito punitivo aos Estados. Conf. Enciclopédia Italiana, vol. XVI, pp. 428-429

3. O caráter político, militar, religioso e racial foi excluído para o serviço de troca de informações das polícias internacionais, da Organização Internacional de Polícia Criminal, em 1946. Sabe-se, entretanto, que acordos paralelos com fins repressivos de caráter religioso, social ou político sempre foram mantidos entre diversas organizações policiais.

4. A primeira Conferência Internacional sobre o Tráfico de Mulheres e Crianças foi realizada em Paris, em 15 de julho de 1902, posteriormente seguida de mais três encontros internacionais. Foi desta maneira que o Brasil estabeleceu "contato com vários países no sentido de trocar informações sobre a atuação de cáftens e de sua movimentação (...) Argentina, Uruguai, Alemanha e Holanda

mantinham com a polícia brasileira uma troca de informações".

Conf. Nascimento, Getúlio. Sem título, mimeo, UnB, 1993.

5. Archivio Storico. Polizia Política - Fascicoli 172. Relatório para o Chefe de Polícia. Roma, 11 de fevereiro de 1930.

6. Conf. Archivio Storico. Fascicoli 172, ufficio da Direzione Generale della Pubblica Sicurezza ao Prefeito de Roma, aos Ministérios da Justiça, Relações Exteriores, Finanças, Comunicações, Corporações, ao Comando do Exército, Milícia e Guarda Real de Finanças, à Direção Geral do Banco da Itália, à Divisão de Polícia e à divisão de Polícia de Fronteira e Transporte, em 21 de agosto de 1930.

7. Barroso, Casemiro Garcia. Interpol y el procedimiento de extradición. Instituto de Criminología de Madrid. Madrid, Editoriales de Derecho Reunidas, S.A. . 1982

8. Viena, 1923; Viena, 1924; Berlim, 1927; Amsterdam, 1927; Viena, 1930; Amberes, 1930; Paris, 1931; Roma, 1932; Viena, 1934, Belgrado, 1936; Londres, 1937; Bucarest, 1938; Bruxelas, 1946.
Conf.: Barroso, Casemiro Garcia. Op. cit..

9. Heloisa Rodrigues Fernandes diz que das funções mais importantes da Força Pública era a repressão aos movimentos trabalhistas. "Daí sua participação na restauração da ordem nas

contínuas greves operárias deste período, sobretudo em Santos (1900, 1905, 1908, 1912), em Jundiá, em Rio Claro, em Campinas (... em 1906) e na Capital (destacando-se a greve geral de 1917).
Conf. Fernandes, Heloísa R.. A Força Pública do Estado de São Paulo. In: Fausto, Boris. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, O Brasil Republicano, 2o volume. Sociedade e instituições (1889-1930). São Paulo, Difel, 1978.

10. Conf. Cancelli, Elizabeth. O Mundo da Violência: o Estado policial na era Vargas (1930-1945). Tese de doutorado. Campinas, mimeo, 1991. p. 175.

11. Briggs, Arthur. Tratados de Extradicação. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1909

12. A Missão permaneceu no Brasil de 1906 a 1914 e retornou em 1919.

13. Fernandes, Heloísa R.. Política e Segurança. São Paulo, Alfa-Omega, Ed. Sociologia e Política, 1973. p. 157

14. Conf. Huggins Martha K.. U.S. - Supported State Terror: a history of police training in Latin America. In: Vigilantism and the State in Modern Latin America: essays on extralegal violence. Edited by Martha K. Huggins. New York, Connecticut, London. Praeger, 1991. p. 222

15. Conf. : Pinheiro, Paulo Sérgio. Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

16. Seja sob o ponto de vista político, seja sob o ponto de vista econômico.

17. Paulo Sérgio Pinheiro sustenta que depois de 30 houve apenas intensificação e especialização desta prática. Discordamos e acreditamos que a prática totalitária, de uma forma geral, não só intensifica e especializa o já existente nas sociedades ditas liberais, mas transforma seu sentido e o de suas instituições. Este é o caso para o Estado Policial da Era Vargas.

18. A este respeito, ver Cancelli, Elizabeth, op. cit., onde encontram-se arroladas e analisadas as modificações empreendidas pelo Estado em relação à Polícia do DF e ao papel policial de forma generalizada.

19. Esta não é uma peculiaridade da polícia brasileira. A polícia italiana, por exemplo, mantinha contato com o FBI. Ver a este respeito correspondência de Hoover com o Chefe da Polícia italiano.

20. Conf. Huggins, Martha. Political Policing: Eighty years of United States Training of Latin America Police. Manuscrito,

inédito, 1991. Citação de Goldstein, 1978, p. 202.

21. Conf. Cancelli Elizabeth. Na Nova York de Harry Berger e Eliza Ewert. Mimeo, livro em andamento.

22. Segundo Paulo Sérgio Pinheiro, em 1928, Frósculo Machado, chefe da Seção de Repressão ao Comunismo, teria mostrado interesse em trocar informações sobre comunistas com o American Vigilant Intelligence Federation, com sede em Chicago. A Divisão de Assuntos do Leste Europeu do Departamento de Estado americano chega a considerar a proposta, mas, pelo menos formalmente, os americanos acabaram não sendo receptivos ao apelo e julgaram "desaconselhável" qualquer contato com o American Vigilant Intelligence Federation. Conf.: Pinheiro, Paulo Sérgio. Op. cit. p. 142.

23. National Archives, RG 165, 2657 K -90.

24. National Archives, Archives of exterior Relations of the Reich, da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1936, coleção de documentos nazistas, doc. 295188.

25. Huggins, Martha. op. cit. mimeo. pp. 21-25

26. Idem, ibidem.

27. Ofício de Thompson ao FBI, 5 de junho de 1935. In: Huggins, Martha. Mimeo. cap. III pág. 25

28. Huggins Martha. Mimeo. Cap. IV pág. 11

29. Há correspondência entre a Polícia Italiana e John Edgar Hoover, diretor do FBI, no Archivio Storico, Busta 172. fascicolo 26

30. 4 Lic Record Office, Londres, FO - 371 - 18649 - A 10076/20/6

31. Conf.: Pinheiro, Paulo Sérgio. Op. cit. p. 262

32. Idem, ibidem. Correspondência de 29 de novembro de 1935. Trata-se até agora da primeira informação positiva encontrada em arquivos da participação efetiva do Serviço Secreto de Londres na repressão ao golpe de 1935, uma vez que os registros no Brasil não existem, nos Estados Unidos não há qualquer informação a este respeito e Londres mantém seus arquivos para o assunto fechados.

33. MAE- Archivio Storico Diplomatico, Serie Politica, Busta 9, 6 de março de 1936

34. MAE- Archivio Storico Diplomatico, Serie Politica, Busta 24. 7 de março de 1940

35. Comitê Consultivo Para a Defesa Política. Legislação Política nas repúblicas americanas. In: Cancelli, Elizabeth. op. cit.

36. AHN. IJ1 1329. Correspondência do Ministério das Relações Exteriores de 21 de fevereiro de 1951

37. Idem, ibidem.

38. idem, ibidem

39. Conf. Cancelli, Elizabeth. Op. cit. pp 177-180

40. AHN. Secretaria da Presidência da República, Lata 527, em 17 de dezembro de 1941

41. Huggins, Martha. Mimeo (FM 33 04.26 c. 1937). Capt. II p. 15

42. Arquivo Centrale di Stato. Fascicoli 21, Pacco 23. Ofício de 29 de abril de 1928

43. Arquivo Centrale di Stato, Polizia Politica, Pacco 23, Fascicolo 21, assinatura Regio Consol e Generale, On. Mazzolini

44. MAE - Arquivo Storico Diplomatico, Serie Politica, Busta 1, ofícios de 10 de dezembro de 1930, 17 de 27 de janeiro de 1931

45. Em 23 de maio de 1932

46. Médico famoso e prestigiado, ex-deputado federal, Medeiros publicou o livro "Outras revoluções virão", onde fez a denúncia.

47. MAE- Arquivo Histórico Diplomático, Série Política, Busta 2

48. Afrânio de Mello Franco, ministro das Relações Exteriores, disse ao Embaixador italiano, Vittorio Cerruti, em 31 de maio de 1932, que Medeiros era um filo-comunista que deveria ser condenado a quatro anos de prisão e que providenciaria para que fosse publicada imediatamente em sentença formal. MAE- Arquivo Histórico Diplomático, Série Política, Busta 2.

49. AHN, caixa 75, protocolo 970/34

50. AHN-MJNI, caixa 295

51. MAE- Arquivo Histórico Diplomático, Série Política, Busta 3

52. Vide Cancelli, Elizabeth, op. cit.

53. Arquivo Histórico, busta 172, Fsc. 26(/) .Nr. 4348 de 4 de janeiro de 1936.

54. A Embaixada Italiana teve excelentes ligações com os ministros

Macedo Soares(1934-1937, Relações Exteriores; 1937, da Justiça) e Vicente Rao(1934-37, Justiça), segundo avaliação do próprio Embaixador. Rao, era visto com bons olhos por ser, também, o primeiro filho de imigrantes a ocupar o cargo de ministro no Brasil.

55. MAE- Arquivo Histórico Diplomático, Série Política, Busta 6, 19 de outubro de 1934.

56. MAE - Arquivo Histórico Diplomático, Série Política, Busta 9. Assunto: situação da política interna, 6 de março de 1935

57. Gibson mostrou o material relativo às confissões de Berger ao Embaixador Italiano, segundo registro do próprio ofício sobre esta informação.

58. MAE- Arquivo Histórico Diplomático, Série Política, Busta 9, reservado, No 206560, de 17 de fevereiro de 1936

59. Realizado em Moscou, de julho a agosto de 1935

60. MAE - Arquivo Histórico Diplomático, Série Política, Busta 9 de 1935

61. MAE- Arquivo Histórico Diplomático, Série Política, Busta 16, ano 1938

62. Paulo Sérgio Pinheiro esclarece que Van Mine era o chinês Chen Shao-yu, que usava o pseudônimo de Wang Ming. Pinheiro, Paulo Sérgio, Op. cit. p.314

63. MAE -Arquivo Histórico Diplomático, Série Política, busta 9

64. MAE-Arquivo Histórico Diplomático, Busta 15

65. Devido a suspeitas dele ser comunista, queriam distanciar-lo do Ministério do Trabalho e o mandaram à Itália para ser vigiado.

MAE, Arquivo Histórico Diplomático, Série Política, Busta 14

66. MAE - Arquivo Histórico Diplomático, Série Política, Busta 11

67. National Archives, Archives of the Reich. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1937, de Robert Lehr ao Embaixador da Alemanha. Doc. 295211.

68. MAE - Arquivo Histórico Diplomático, Série Política, Busta 14

69. National Archives. RG 59, M 1472, roll 4, 832 00B/82 - 832.00. Rio de Janeiro, 15 de março de 1939.

70. National Archives. Archives of the Reich, Berlim, 7 de abril de 1937, do chefe do protocolo Von Bullow, doc. 295226

71. Ao contrário do que afirma o Dicionário Histórico-bibliográfico Brasileiro, da Fundação Getúlio Vargas, Godofredo da Silva Telles não afastou-se da vida pública depois de ter buscado asilo na França com a derrota da Revolução de 1932 em São Paulo.

72. MAE- Arquivo Histórico Diplomático, Série Política, Busta 26

73. Arquivo Central e Di Stato, Política Política, Fascicoli 26, Pacco 172, relato do Chefe de Polícia italiano, 8 de setembro de 1937.

74. Idem, ibidem.

75. Conf. Cancelli, Elizabeth. Op. cit. pp 180-182

76. National Archives, Archives of the Reich, classificação 295200. Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1936. Do embaixador alemão ao chefe de Polícia da Gestapo, através do Ministério das Relações Exteriores.

77. Em 1937 foi expulsa outra alemã, Ana Gertrude Lambrecht

78. Conf. Cancelli, Elizabeth. Op. cit. pp186-187. 23 de dezembro de 1936.

79. Os americanos achavam um exagero o perigo que o comunismo representava para o Brasil. Conf. Cancelli, op. cit., p. 183

80. National Archives. Archives of the Reich. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1937. Da Embaixada Alemã no Rio. Doc. 2952228

81. Archivio Centrale di Stato, Polizia Politica, fascicoli 26, Pacco 172

82. O acordo foi assinado em Berlim, e o programa de reunião incluía, além de almoços, etc, uma conferência sobre a atividade do bolchevismo e seu alcance internacional e uma visita ao campo de concentração de Dachau, na Baviera. Archivio Centrale di Stato, Polizia Politica, fascicoli 26, pacco 172.

83. O partido Naziista, o Fascista, a Ondine Nuovo e o C. A. U. R. cooperavam sistematicamente pela luta anti-comunista, juntamente com os vários ministérios de ambos os países. Archivio Centrale di Stato, Polizia Politica, Fascicoli 26, Pacco 172

84. Archivio Centrale di Stato, Polizia Politica, fascicoli 26, Pacco 172, janeiro de 1936.

85. Huggins, Martha K. Op. cit, mimeo. G-2 report, 12/20/37

86. MAE- Archivio Storico Diplomatico, Serie Politica, Busta 16,

ano

87. AHN, IJ1 1329. Ministério das Relações Exteriores, 21 de fevereiro de 1951

88. Idem, ibidem

89. Conf.: Huggins, Martha. U.S. Supported State Terror. pp. 225-227

90. O material do National Archives de Washington a este respeito é impressionante e ainda não foi pesquisado.

91. MAE- Arquivo Histórico Diplomático, Série Política, Busta 26. tel eexpresso 24114863, 8 de junho de 1941.,

92. Cof. Cancelli, Elizabeth. Op. cit. pp 306 - 322